

Dívida Externa

À procura de garantias

ESTADO DE SÃO PAULO 13 MAI 1993

A efetivação do acordo entre o Brasil e os bancos credores estrangeiros parece agora depender essencialmente das garantias que o governo brasileiro possa oferecer àquelas instituições. Sabe-se que, ao receber novos títulos da dívida por prazo de 40 anos, cumprirá ao País garanti-los mediante apresentação de papéis estrangeiros com coupon zero. O problema é saber com que recursos comprará o Brasil tais títulos. Ainda não está definido o montante de títulos a ser dado em garantia. Numa primeira estimativa, ele foi calculado em US\$ 3,5 bilhões, soma que poderá ser ligeiramente inferior, levando-se em conta que diversas operações, no mercado secundário, devem ter reduzido de US\$ 40 bilhões para US\$ 36 bilhões o montante da dívida, o que atenua as proporções das garantias a oferecer.

O que mais preocupa é que pelo menos a metade dos recursos para compra dos títulos a ser dados em garantia deve sair de empréstimos do FMI, do BID e do Bird, todos dependentes da revitalização do acordo stand by firmado com o primeiro organismo. Ora,

nada permite pensar que se obterá rapidamente um acordo com o FMI, que considera muito tímido o programa econômico do Brasil. A renegociação do stand by credit poderá sofrer dilações, caso seja substituído o ministro da Fazenda, Eliseu Resende. O governo brasileiro considera possível, à falta de um acordo no curto prazo, oferecer as garantias, que seriam adquiridas, na sua totalidade, com as reservas internacionais que possuímos. Tal possibilidade, porém, apresenta muitas dificuldades. Em primeiro lugar, representaria alteração do esquema aprovado pelo Senado, necessitando, assim, de nova autorização da Câmara Alta, o que não parece fácil. Em segundo lugar, alguns bancos podem insistir na necessidade de um acordo com o FMI, o que não é apenas essencial para obter recursos como também para oferecer aos credores aval moral importante. Finalmente, nada nos dá a segurança de que os governos dos EUA ou da Alemanha estarão prontos a vender tais títulos em condições vantajosas sem o acordo com o FMI. Assim, a questão fica aberta...